

Transformações e Dinâmica da Agricultura Brasileira¹

José Cláudio Oliveira Flores

Darci Rodrigues Alves

Introdução

Procura-se através deste trabalho, reconstituir as principais etapas do processo de desenvolvimento capitalista no setor primário do Brasil focalizando o modo privilegiado das ações do Estado para determinado modelo, o que terá como consequência uma configuração particular da estrutura de distribuição das terras e uma dinâmica específica do funcionamento e adequação deste setor às necessidades de valorização/reprodução do capital social, em particular o condicionamento da pequena propriedade camponesa e seus corolários económicos e sociais.

Em seu conjunto, este artigo define a situação socioeconômica do setor agrícola ao longo dos últimos 40 anos e revela os fundamentos da crise por que passa essa importante atividade, num momento crucial do desenvolvimento capitalista brasileiro. No instante em que o país se insere no processo de modernização, deparamo-nos, ainda, com graves impasses sociais no campo agrícola, que emergem de uma estrutura fundiária excludente e uma política agrícola liberal que asfixia, cada vez mais, o pequeno produtor rural.

As Mudanças na Base Técnica e Social da Agricultura

A agricultura brasileira, a partir de 1930, passa a organizar-se em novas bases, assim como toda economia brasileira. Com a revolução de 1930, o poder político e económico da oligarquia rural foi surpreendida por um novo paradigma governamental. A crise mundial desencadeada pelo "CRACK" da bolsa de Nova Iorque contribuirá decisivamente para o desmantelamento do chamado modelo primário-exportador da nossa economia. Inaugura-se, nesse momento, a industrialização baseada no modelo de substituição de importações.

Em consequência do processo de industrialização observa-se um aumento do grau de urbanização e um crescimento da massa operária e das camadas médias urbanas, como profissionais liberais, funcionários públicos etc... Enfim, começa a configurar na economia e sociedade brasileiras, um modo de produção predominantemente capitalista.

A agricultura, no entanto, esperará até uma fase mais avançada do processo de industrialização para começar a transformar-se no sentido capitalista, alterando a base técnica e social da produção. Apenas já por volta dos anos 50, surgem alguns setores com essas características, notadamente aqueles voltados para o setor externo. FILGUEIRAS (1992) distingue três momentos principais desse processo de desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira, iniciado no pós- 2º Guerra Mundial. Segundo esse autor, esse processo de modernização, em seu primeiro momento, é caracterizado como um processo de mudança na base técnica de produção. Em outras palavras, o primeiro momento, diferenciado dos outros subsequentes, pelo conceito de "modernização na agricultura" se caracteriza pela elevação dos índices de mecanização e do consumo de NPK. Neste período, que vai do imediato

¹ Este artigo é baseado em monografia de pesquisa intitulada: Extensão Rural: Características Teórico Práticas da Embrater e da Comissão Pastoral da Terra.

pós-guerra até a primeira metade da década de 60, introduz-se um novo padrão tecnológico para a agricultura, sustentado basicamente na importação de máquinas de produção industriais: tratores, elementos químicos (fertilizantes e defensivos), bem como na substituição de ferramentas (instrumentos de trabalho) e culturas e na introdução de novas variedades. Esse processo é estimulado e facilitado pelo Estado - como veremos mais adiante - e, inclusive, pelas empresas multinacionais, em particular as americanas, na medida em que a tecnificação das propriedades rurais significa consumo (mercado) para os produtos industriais que elas produziam. Nessa fase, as transformações operadas no setor agrícola estavam condicionadas pela capacidade de exportar e importar do país; os meios de produção industriais incorporados ao processo produtivo no campo eram importados e o volume desses bens de capital estavam limitados, de fato, pela capacidade de gerar divisas estrangeiras, dada pelas exportações do país.

O segundo momento, é o da “industrialização da agricultura”, ou melhor, da industrialização dos processos de produção rural, e resultou do aprofundamento das transformações acima aludidas (FILGUEIRAS, 1992). Este momento se prolonga até meados da década de 60 ao final dos anos 70 e se caracteriza, primordialmente, pela implantação, no país, dos setores industriais produtores de bens de produção e de insumos básicos para a agricultura. O marco inicial dessa nova arrancada é a implantação das primeiras indústrias de tratores, no final dos anos 50. No entanto, há sobretudo uma mudança qualitativa no caráter da mecanização. De fato, a mecanização levada a efeito, neste período terá como consequência, além da substituição da força animal, a supressão, em escala crescente dos requisitos de força de trabalho humano, razão por que sua utilização será estendida para todo o processo produtivo agrícola, ou seja, do plantio a colheita. Em consequência generalizam-se as relações de trabalho tipicamente capitalistas – o assalariamento. Por outro lado, a implantação de sistemas de cultivo mais modernos, baseados na utilização de máquinas, equipamentos e insumos industriais, e aplicados naqueles setores onde o tempo de produção é maior que o tempo de trabalho, configurara a razão estrutural do surgimento do boia-fria (OLIVEIRA, 1986). Em, resumo, neste período a agricultura brasileira se transformará num ramo de produção análogo a indústria. Para FILGUEIRAS (1992), a agricultura.

“(...) passou a depender cada vez mais da compra de insumos produzidos pela indústria e transformou-se principalmente numa produtora de bens intermediários (matérias primas) para outros ramos de produção; e, por outro lado, passou a depender cada vez menos das circunstâncias impostas pela natureza, que limitam o seu processo produtivo.”

O terceiro momento, desse processo de desenvolvimento capitalista no campo, é marcado pelo surgimento e generalização das modernas empresas agro-industriais, e a subsequente formação dos “complexos agroindustriais”. Esse processo caracteriza-se pela implantação de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura; o desenvolvimento e modernização, em escala nacional, de um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária; sobretudo, os “complexos agro-industriais” se caracterizam pelos estreitos laços de natureza técnica, comercial e financeira estabelecidos por certos segmentos das atividades agrícolas com a indústria fornecedora de seus insumos específicos (à montante) e com a indústria processadora de seu produto (à jusante) (FILGUEIRAS, 1992). A figura a seguir é ilustrativa dessas múltiplas relações.

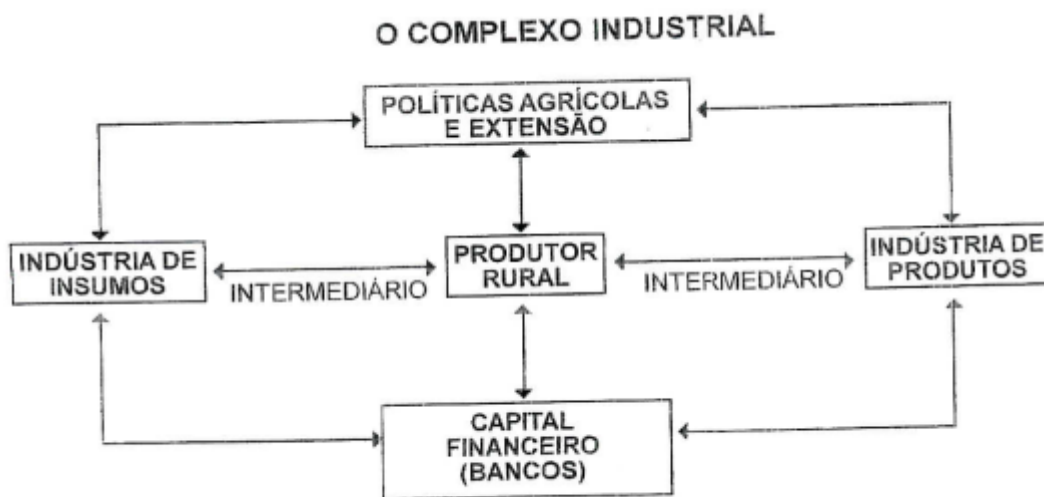


FIGURA 1

O complexo agro-industrial pode ser entendido, assim, como sendo o conjunto formado pelos setores produtores de insumos e maquinarias agrícolas, de transformação industrial; de produtos agropecuários e de distribuição, de comercialização de financiamento nas diversas fases do circuito (SORJ, 1980).

O surgimento do complexo agro-industrial exprime o efeito conjunto dos níveis de acumulação industrial (do parque industrial, da indústria siderúrgica, automotriz, química e farmacêutica, que passam a procurar na atividade agro-industrial um novo campo de valorização), a expansão do mercado urbano e o próprio crescimento da agricultura. Esses três fatores associados viabilizaram a utilização crescente de tecnologia mais avançada no campo. A criação de um complexo agro-industrial foi possibilitada pelo desenvolvimento agrícola anterior e se transformou ao mesmo tempo no maior acelerador das transformações na agricultura. Esse processo significa, por outro lado, que em certa medida, a reprodução ampliada do capital na agricultura.

“torna-se crescentemente integrada em termos de relações inter-industriais para trás e para frente. Nesse caso, essas relações implicam a própria mudança do processo de produção rural de forma articulada à indústria produtora de insumos (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, rações e concentrados) e de bens de capital (tratores, implementos diversos, equipamentos para irrigação, etc.).” (MULLER, 1984).

A nova dinâmica da agricultura brasileira desaconselha, para uma correta compreensão das condições de sua produção (reprodução ampliada do capital, mas em particular, o capital aplicado à agricultura), cortes analíticos do tipo: agricultura de exportação/agricultura de mercado interno, feito tendo por referência o destino final dos produtos, ou mais genericamente, agricultura/indústria, pois a agroindústria seria a manifestação e a evidência mais clara de que o capital, hoje, solda novamente o que ele separou: a agricultura e indústria, cidade e campo, estabelecendo uma nova síntese, consubstanciada pela industrialização da agricultura. É notório, por exemplo, o fato de que as agroindústrias processadoras não apenas “fazem a ponte da relação produção agrícola/consumidor final”, mas “podem colocar os seus produtos em quaisquer mercados” (FILGUEIRAS, 1992).

Em vista dessa realidade, desenvolveu-se mais recentemente um conceito para o conjunto dessas atividades relacionadas com a produção agrícola qual seja o de agribusiness, neologismo que significa negócio agrícola. O agribusiness compreenderia, pois, um conjunto de atividades que vão do planejamento e execução da produção ao consumo de produtos agrícolas, passando pela fase de

plântio, armazenamento, processamento, transporte e distribuição, assim como dos elementos utilizados para a produção propriamente dita, ou seja, sementes, fertilizantes e defensivos e dos produtos gerados pelo processo. Entre os agentes desse processo incluem-se os produtores rurais, os fornecedores de insumos, os processadores e distribuidores e, também, o consumidor, que é o seu objetivo final. É interessante registrar que o agribusiness, ou para nós, a ação do capitalismo (a sua fração industrial dominante mais sua fração comercial, etc.) representa a expressiva participação de 40% do PIB, aproximadamente no Brasil, atualmente.

TABELA 01 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO NA AGRICULTURA

	1859/1985(%)	1970/1985(%)
Produtividade da terra	2,7	2,7
Área que cada trabalhador cultiva	1,2	2,8
População rural	0,4	(1,1)
Produto interno da agricultura	4,3	4,4

Fonte: ALVES, E. *Pobreza Rural no Brasil: desafios da extensão e da pesquisa*. CODEVASF, 1987

Não obstante, observa-se uma queda contínua e histórica dos preços dos produtos agrícolas e das matérias-primas de origem agrícola em simultâneo com a elevação contínua dos preços dos produtos industrializados, deteriorando as condições de reprodução de capital aplicado à agricultura; contraditoriamente, esse fosso entre os dois setores garante a reprodução ampliada do capital como um todo. Qual o mecanismo que assegura essa acumulação? OLIVEIRA (1986), muito apropriadamente, comenta que "A agricultura foi drenada nas duas pontas do processo produtivo; na do consumo produtivo, pelos altos preços que teve e tem que pagar pelos produtos industrializados (maquinaria e insumos) que é praticamente obrigada a consumir, e na da circulação, onde é obrigada a vender sua produção por preços vis".

A despeito disso, ressalta OLIVEIRA (1986):

*"Como a rentabilidade do capital no campo não é elevada, o monopólio industrial preferiu, seguindo os moldes da fração do capital comercial, **implantar-se (predominantemente) na circulação, subordinando conseqüentemente a produção à circulação**". (grifo do autor).*

Está traçada, enfim, a dinâmica do setor agrícola brasileiro, atualmente. Ante uma estrutura produtiva que não se apresenta, de forma nenhuma, homogênea e linear no tocante ao grau de oligopolização, ao poder de barganha ou à participação do capital externo, constata-se, efetivamente, a existência de subsectores (insumos, fertilizantes, defensivos, processamento alimentar) que convivem de forma extremamente diversa, com fricções mas, sobretudo, demonstrando que a lógica de sua reprodução supera qualquer divergência; cada forma de capital participa com suas condições e estratégias específicas. O Estado visando assegurar a reprodução do capital global e da sua parcela aplicada à agricultura, investindo naqueles setores estratégicos e de retorno mais a longo prazo; ao capital estrangeiro estão reservados setores que exigem a participação do capital mais desenvolvido, com tecnologia "de ponta"; finalmente, ao capital nacional, o preenchimento de espaços vazios, pouco atrativos, que lhe assegure um poder de concorrência, ou então, atuando através de associações a urna ou outra forma de capital (CORANDINI, 1982).

O Papel do Estado

No Brasil, o processo de modernização agropecuária teve como retaguarda um conjunto de forças sociais cujo compromisso fundamental constituiu-se na preservação dos interesses económicos,

políticos e sociais articulados em torno do latifúndio. De fato, desde os primórdios do processo de industrialização foram estabelecidos estreitos laços entre a burguesia industrial e os grandes proprietários rurais e se ampliou, incorporando o capital estrangeiro, garantindo-se o estabelecimento de um padrão de “modernização conservadora”. Todo esse processo, capitaneado pelo Estado, teve como resultado mais importante, do ponto de vista político, a manutenção dos interesses soldados e efetivados por essa aliança conservadora (FILGUEIRAS, 1992).

A intervenção do Estado na formação e desenvolvimento da agricultura tem início muito antes da fase de modernização dessa agricultura. A própria imigração, responsável em grande medida pela formação da atual estrutura fundiária, ao menos na região sul é, em boa parte, obra direta da intervenção oficial. Essa intervenção, apesar de, em última instância, buscar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro como um todo, é moldada pela conjugação das forças sociais de cada momento. As políticas econômicas específicas para a agricultura estão condicionadas, em cada momento do processo pelos objetivos imediatos que visaram alcançar, bem como pelos instrumentos de intervenção, que se apresentavam mais apropriados para que a modernização do setor fosse impulsionada (CORANDINI, 1982; FILGUEIRAS, 1992).

Para FILGUEIRAS (1992), as políticas estatais para o setor agrícola até a primeira metade da década de 1960 se restringiram à via indireta da política cambial. Pelo mecanismo do confisco sobre as exportações agrícolas, o governo garantia a transferência desses recursos para o fomento do processo de substituição de importações, que incluía máquinas agrícolas e insumos. Dessa forma, são dados os primeiros passos no sentido da alteração da base técnica do aparato produtivo rural e da estrutura de classes no campo.

A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, em 1965 marca o início de uma nova fase das políticas econômicas para a agricultura. A participação dos bancos particulares; a criação do Fundo Nacional de Refinanciamento Rural (FNRR) para receber os recursos dos bancos privados e de outras fontes, como financiamentos externos, garantiram montantes crescentes de recursos por parte do governo, possibilitando-lhe dar um impulso a transformação dos processos rurais, de forma particular no que respeita aos investimentos de médio e de longo prazos.

A política de crédito rural subsidiado torna efetiva a articulação dos interesses agrícolas e industriais. As modificações na agricultura e indústria são mutuamente dependentes com relação ao esforço do governo para promover as mudanças estruturais no campo. Sem embargo, a política agrícola viabiliza a criação simultânea de uma demanda por bens e serviços industriais para a agricultura e de mercado cativo à indústria recém instalada. Para se ter uma ideia da benevolência do Governo com relação a indústria, cite-se apenas os subsídios ao uso de insumos modernos, com destaque para o FUNFERTIL (Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais), criado para pagar a totalidade dos juros (17%) nos empréstimos para aquisição de fertilizantes. Em 1969, com a substituição do FUNFERTIL pelo FUNDA (Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola), o Governo aplica o subsídio para a aquisição de outros insumos, como ração, defensivos, etc., dividindo os encargos financeiros com o produtor rural. Ainda que o crédito não represente o conjunto de incentivos e subsídios - existem ainda, por exemplo, os incentivos fiscais, a criação de infra-estrutura e, como veremos mais detalhadamente adiante, a Extensão Rural, dentre outros -, o enorme crescimento do financiamento pode ser tomado como indicador básico da relação entre o apoio oficial e a produção agrícola.

Se, de um lado, a presença planificada do Estado na Agricultura, tanto no que se refere a instrumentos mais específicos, como crédito ou subsídios, quanto às políticas de caráter mais geral, evoluiu no sentido do seu crescimento acelerado, por força das próprias necessidades da acumulação, de outro, o apoio seletivo foi um dos traços mais marcantes, o que concretamente definia o caráter da intervenção governamental no campo. (CORANDINI, 1982).

Essa seletividade, segundo GUEDES PINTO (1981), (*apud* GRAZIANO NETO, 1985), se dá em três níveis distintos: o Estado, que seleciona os produtos, os produtores e a região. Do total dos créditos destinados aos produtores rurais, o maior volume coube às regiões sul e sudeste. Embora essas regiões apresentassem uma participação mais expressiva no total da produção brasileira, o que justificaria uma necessidade maior de recursos financeiros, o desvirtuamento aparece quando confrontamos a parcela de crédito recebido com a participação relativa na produção. Assim, para uma contribuição da ordem de 70% do produto agrícola, em 1977, as regiões sul e sudeste absorvem 78% do crédito agrícola concedido para todo o Brasil. Enquanto isto, o Nordeste que contribuiu com 20% do produto, aproximadamente, recebeu apenas 12% do total do crédito naquele mesmo ano. O que demonstra fortes deformações a nível regional

As evidências ao nível das atividades agropecuárias ou dos produtos também são claras. O crédito se destinou, primordialmente, para café, soja, cana, algodão e trigo que, embora participando com 30% do valor da produção, receberam algo em torno de 60% do crédito. Produtos básicos foram visivelmente discriminados. Por exemplo, feijão, mandioca e milho, muito embora tenham contribuído com 25% a 35% do valor do produto agrícola, receberam, em conjunto, apenas 12% do crédito rural, em 1977.

O crédito rural se concentrou, ainda com relação aos produtores rurais. Em primeiro lugar, estima-se que apenas cerca de 20% dos agricultores tenham tido acesso aos recursos oficiais, o que revela uma seleção da distribuição do crédito. O agravante maior se refere à concentração do crédito entre aqueles que o obtiveram. Os grandes produtores arrebatarem a maior parte dos recursos do SNCR, existindo uma alta correlação entre o tamanho das propriedades e o volume dos contratos de crédito. Em 1976, por exemplo, 83% dos contratos receberam 18% dos recursos totais do crédito agrícola, enquanto apenas 1% dos contratos absorvia 39%.

Esse padrão de financiamento e amparo às atividades capitalistas no campo – crédito subsidiado – será redefinido nos primeiros anos da década de 80, em virtude da crise econômica inaugurada com a elevação dos preços internacionais do petróleo (1979); o crescimento da dívida externa, o recrudescimento da inflação e o aumento das taxas de juros internacionais, todos esses fatores conjugados foram determinantes para que o governo redirecionasse a sua ação no sentido da formação de estoques agrícolas; com os preços destes produtos e com a sustentação da renda dos produtores. O Governo colocou em destaque, portanto, a política de preços para os produtores agrícolas. (FILGUEIRAS, 1992). Mais recentemente, nos anos 90, a perversidade da política neoliberal acarretou grandes problemas ao setor, em particular durante o primeiro ano do Governo Collor. O recuo das autoridades econômicas em relação às medidas para a agricultura não solucionou questões essenciais, como a escolha de mecanismos de correção de valores dos empréstimos (taxa referencial ou outro indexador, sistema de equivalência-produto...), volume adequado de recursos, entre outros. A tônica na relação entre Estado e agricultura somente será explicada quando levarmos em consideração que a ação do Estado, antes de mais nada, se volta para a regulação do processo capitalista de produção, que faz a média entre os interesses das diferentes facções do capital e entre os produtores rurais, o complexo agroindustrial e o conjunto das necessidades de reprodução do capital social (SORJ, 1980).

Evolução da Estrutura Fundiária Brasileira

A propriedade da terra, no Brasil, apresenta-se historicamente bastante concentrada. A forma peculiar da sua apropriação, cujo início remonta às gigantescas sesmarias do período colonial, passando pela hegemonia dos latifúndios escravistas e mais recentemente, pelo caráter especulativo que adquiriu, trouxe sempre a marca de um elevado grau de concentração da terra. Um domínio quase absoluto das grandes propriedades, ocupando a quase totalidade das áreas disponíveis, ao lado de um contingente enorme de pequenos proprietários disputando a exígua área restante.

O processo de modernização descrito anteriormente reforçou este padrão, particularmente nas décadas de 60 e 70. Assistiu-se neste período a uma elevação do grau de concentração da propriedade da terra no Brasil, fruto da expansão de imóveis com grandes extensões territoriais, em detrimento das pequenas e médias propriedades (Tabela 01).

TABELA 02 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO BRASIL - 1940 e 1985

Classes de Área	n ° de Estabelecimentos			
	Total 1940	%	Total 1985	%
Total	1.904.508	100,00	5.834.779	100,00
Menos de 10	654.557	34,40	3.085.841	52,90
10 a - 100	957.438	51,22	2.166.424	37,13
100 a - 1000	243.818	12,81	519.618	8,90
1000 a - 10000	26.539	1,40	47.931	0,82
Mais de 10000	1.273	0,07	2.174	0,04
ÁREA TOTAL				
Total	197.420.247	100,00	376.286.577	100,00
Menos de 10	2.893.439	1,46	10.029.780	2,66
10 a - 100	33.112.160	16,75	69.678.938	18,52
100 a - 1000	66.184.999	33,47	131.893.557	35,05
1000 a - 10000	62.024.817	31,37	18.397.132	28,81
Mais de 10000	33.504.832	16,95	56.287.168	14,96

Fonte: PALHETA, Iraci. A Agricultura Brasileira, In: Geografia SE/SP, 1993

Os dados não deixam dúvidas, falam por si mesmos. A expansão do número de propriedades grandes deu-se em ritmo acelerado, dominando o país inteiro. Segundo a Folha de São Paulo (09.01.95), enquanto 67% dos proprietários detêm 6% das terras, 1 % dos proprietários detêm 44% da área total (os dados se referem ao ano de 1994). MEDEIROS (1988), analisando os números da concentração fundiária de forma mais minuciosa, conclui:

Às vezes se depara com dados cruéis: 342 proprietários controlam 47,5 milhões de hectares; 19,26% das terras rurais cadastradas pertencem a pessoas físicas ou jurídicas sediadas em São Paulo; (...) chegando perto de nossa região, das terras cadastradas no município de Cordeiros (BA), 33% pertencem a um único proprietário, enquanto na região do Rio Gavião, 8,2% dos estabelecimentos acima de 99 ha ocupam 46,4% da área total, os estabelecimentos com área inferior a 100 ha, representando 91,8%, ocupam apenas 53% da área total da região. A área média dos estabelecimentos até 100 ha é de 21,3 ha e acima de 100 ha é de 209,9 ha.

O ritmo de expansão das áreas é maior ainda que o número de unidades, indicando que são cada vez maiores as propriedades que estão se formando no país. No período de 1972-80, por exemplo,

a taxa de crescimento da área total apropriada pelas propriedades com área igual ou acima de 100 ha foi de quase 11% ao ano, revelando uma incrível aceleração no ritmo de expansão dessas unidades. Essa evolução conduziu, conseqüentemente, a uma piora na participação das pequenas e médias propriedades, a partir sobretudo dos anos 60. A estrutura fundiária brasileira evoluiu no sentido de uma forte concentração da propriedade nas mãos de um grupo de privilegiados, os modernos latifúndios.

No entanto, como ressalta MEDEIROS (1988), a concentração fundiária, a existência do latifúndio, não pode ser considerada "apenas coimo sobrevivência de antigas propriedades de "fazendeiros"; ele acrescenta, com muita propriedade: "Há sobrevivência no decorrer da história convivem parcelamento e concentração, mas é bom insistir que a concentração fundiária se processou acentuadamente nos últimos anos (...) devido, basicamente, o setor agrícola apresentar uma estreita relação de dependência, ou de solidariedade com a concentração de capitais industriais e com a expansão do sistema bancário. Insere-se no movimento geral de reprodução do capital, de forma mais ampla nos últimos anos". O papel do Estado nesse processo foi decisivo:

"A presença 'planificada' do Estado na atividade agrícola e a expansão do sistema bancário e do crédito são outros fenômenos que garantem diferenciações entre a situação anterior e a presente. À medida que o Estado passou a estimular com seus diversos mecanismos de política econômica {créditos subsidiados, incentivos fiscais, anistia, garantia de preços, etc.), a atividade agrícola, inserindo-a completamente dentro de seus objetivos políticos gerais de desenvolvimento, induziu maior concentração e buscou suprimir resistências quanto a esta" (MEDEIROS, 1988).

Mas, o aumento do grau de concentração da propriedade da terra não precisa ter como efeito, necessariamente, uma concentração do acesso à terra, para fazê-la produzir (KAGEYAMA e SILVA, 1983). Ou seja, o fato de estar a propriedade privada da terra concentrada em poucas mãos ou mesmo numa única (O Estado, por exemplo), não significa que o acesso a ela peia parceria., pelo arrendamento ou outros artifícios, institucionais ou informais, não possa ser democratizado. No entanto, no Brasil as duas coisas aconteceram simultaneamente; ao lado da concentração da propriedade, observou-se um aumentado grau de concentração da exploração da terra.

Assim, a estrutura de distribuição da terra, no Brasil, evoluiu num sentido concentrador - portanto excludente - no decorrer dos últimos anos, quer em termos de propriedade efetiva quer no sentido de qualquer tipo de acesso a terra. A crise recente por que passou a economia brasileira e cujo impacto maior foi ressentido no setor agrícola não foi suficiente para contrabalançar a tendência concentracionista discutida acima.

**TABELA 03 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR
(1970-1985)**

Total	4.924.019	100	5.834.779	100	+18
Proprietários	2.094.861	63	3.687.384	63	+19
Arrendatários	637.600	13	589.945	10	-7
Parceiros	380.191	8	455.813	8	+20
Posseiros	811.367	16	1.054.542	19	+30

Fonte: PALHETA, Iraci. A Agricultura Brasileira, In: Geografia SE/SP, 1993

A Questão da Pequena Produção no Brasil

A pequena produção na agricultura brasileira está presente em toda a história econômica do país. Começando pelos sítios volantes e as posses nos interstícios das sesmarias, passando pelas roças

dentro dos engenhos de açúcar ou das fazendas de café até os atuais posseiros da Amazônia, os parceiros e rendeiros do nordeste e os pequenos proprietários do Centro-sul.

Embora as situações concretas mostrem uma grande complexidade de multiplicidade de formas de pequenos produtores - ou camponeses, como podemos denominá-los - é possível, no entanto, unificá-los numa mesma categoria de análise, na medida em que dispõem de condições insuficientes para reproduzir a sua unidade familiar: a terra e os instrumentos de trabalho. Além disso, devemos considerar dois elementos universais para demarcá-los conceitualmente melhor: o trabalho familiar, coletivo, associado às atividades de produção primordialmente para a sua sobrevivência e a propriedade da terra, “propriedade familiar, privada, mas diversa da propriedade capitalista, pois a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho alheio, é terra de trabalho” (PALHETA, 1993).

Ocorreram profundas mudanças nas relações entre a pequena produção e o capital, não obstante a sua presença ao longo da história econômica do país e dias próprias denominações (parceiros, rendeiros, agregados, etc.) terem sido preservadas. Essas mudanças foram induzidas pela própria dinâmica do capital, que transforma o latifúndio em modernas empresas agropecuárias; que leva o emprestador usuário a se institucionalizar nos bancos e no sistema financeiro em geral; que transforma o comerciante em redes oficiais de intermediação, como os CEASA's e as cooperativas; enfim, que promove modificações profundas no aparato produtivo da economia (SILVA, 1981).

Essas modificações operam no sentido de tornar a unidade camponesa cada vez mais dependente dos mecanismos estruturais de mercado em vários níveis: na obtenção dos seus meios de vida; na compra de insumos, dos instrumentos de trabalho e, muitas vezes, da própria terra; na comercialização de seus produtos em graus crescentes; e, no mercado de trabalho, tanto fornecendo temporariamente sua força de trabalho para as grandes propriedades, como contratando eventualmente empregados para complementar a força de trabalho familiar.

A unidade camponesa, passou também, a especializar-se na promoção de determinados tipos de produtos. Imposição dos grupos oligopsônicos e monopsonicos, que se colocam frente a ela, como comerciantes e agroindústrias? Ou oportunidades obtidas pela pequena produção? Observando quanto à tendência mais geral do desenvolvimento nas relações entre a pequena produção e o movimento de acumulação capitalista, SILVA (1981) aponta que a modernização da pequena produção,

é uma imposição no grande capital comprador, que padronização da produção; ou por necessidade inerente ao próprio tipo de cultivo, pois a maioria das culturas que os pequenos produtores são pressionados a produzir (tomate uva, fumo, hortifrutigranjeiros, etc.) só são altamente produtivas quando acompanhadas de um verdadeiro pacote tecnológico o qual, por sua vez, é uma imposição do grande capital industrial, que produz os chamados “irisamos modernos”.

Evidentemente que, embora se trate de pequenos produtores que pesaram a tecnificar-se num certo grau, isto não implica concluir, de forma simplista e mecânica, que eles estão livres do sobretrabalho e do sobreconsumo (SILVA, 1981). Efetivamente, quando se torna possível a viabilização dessa tecnificação e especialização - e Poderíamos tomar esse fato como uma forma de viabilização da capitalização do campo brasileiro - esse processo tem implicado na maioria das vezes um grau crescente de endividamento e, ironicamente, uma “descapitalização” da unidade de produção, quando não ocorre a própria perda da terra pelo agricultor.

TABELA 04 - PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (1970/1980)

CLASSES DE ÁREA (ha)	FAMILIAR (%)		ASSALARIADO (%)	
	1970	1980	1970	1980
Menos de 100	91	86	09	14
De 100 a 1000	59	46	41	54
Mais de 1000	30	17	70	84
Total	85	77	15	23
Número	15 milhões	16 milhões	2,7 milhões	5 milhões

Fonte: ALVES, E. *Pobreza Rural no Brasil: desafios da extensão e da pesquisa*. CODEVASF, 1987

É necessário reconhecer, todavia, que essas formas tecnificadas da pequena produção ainda representam um número diminuto em relação ao universo total de pequenos produtores no país; sua presença ocorre com maior destaque na região centro-sul do Brasil.

O núcleo da questão reside no fato de que as várias formas que a pequena produção assume são determinadas pelo movimento de acumulação do capital, que a recria acordo com os seus interesses; a produção camponesa no Brasil se encontra conecta ao circuito global do capital, portanto. E esse caso não é a reprodução de camponês enquanto força de trabalho que deve ser assegurada, mas sim a sua reprodução enquanto pequeno produtor. Neste caso, independentemente de se apresentar subordinada ao capital comercial ou do proprietário fundiário, às agroindústrias ou cooperativas, e a despeito de outras especificidades suas, a pequena produção está inserida no capitalismo como parte dele mesmo, e adequada ao movimento de acumulação ampliada ao capital (SILVA, 1981): enfim,

A reprodução camponesa não se prende a nenhuma lógica, nem a nenhuma superioridade técnica que lhe seja intrínseca, senão ao movimento do próprio capital, que a recria, de acordo com os seus interesses. Não é absolutamente a recriação de um produtor independente de mercadorias, muito menos um produtor de valores de uso ou de um camponês no sentido clássico; é, pelo contrário, uma forma concreta de reprodução do próprio capital, via um 'novo camponês', que nada mais é do que um trabalhador para o capital (SILVA, 1981).

Em outras palavras, a massa camponesa seria um subproduto do capitalismo e não teria, ao contrário do que muitos imaginam, uma autonomia de se reproduzir e atuar no gerenciamento dos seus próprios negócios e modo de vida.

Conclusão

A breve análise que se realizou neste artigo evidencia a magnitude das transformações econômico-sociais no campo, a partir da década de 50. Como resultado de estímulos externos e/ou por decorrência de fatores endógenos à própria atividade agrícola, e visível a mudança na dinâmica da agricultura brasileira.

A expansão da produção agrícola, baseada na utilização crescente de novos insumos, de máquinas e equipamentos mecânicos, ou, simplesmente, através da incorporação de novas áreas, é a expressão mais acabada do êxito do processo modernizante, assegurado e acelerado pelas múltiplas ações (inclusive político-repressivas) do Estado - ao menos, do êxito tomado pelo ângulo da acumulação capitalista, haja vista o fato de que resultou na ampliação do mercado interno para o capital (monopolista).

Por outro lado, como rescaldo desse processo de modernização, uma torrente de problemas veio questionar a falácia do modelo de modernização implementado: acelerada concentração de renda

no setor agrícola, aumento da sazonalidade de emprego e de subemprego agrícola, conflitos no campo, agravamento do êxodo rural com a consequente deterioração das condições de habitação, alimentação, saúde, etc., nas cidades (agora “inchadas”, como é o caso de Vitória da Conquista).

Acredita-se que muitos problemas enfrentados hoje pela sociedade brasileira (elevado custo de vida, desemprego, dentre outros) poderiam ser minimizados através de uma reformulação do aparelho produtor rural. A democratização da propriedade rural, o apoio à pequena propriedade rural tais como: tecnologia adequada e recursos creditícios, ao lado de outros, são medidas imperiosas para que a agricultura brasileira entre, efetivamente, no trem da modernidade sem a dependência que atrofia o desenvolvimento nacional.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, E. *Pobreza Rural no Brasil: desafios da extensão e da pesquisa*. CODEVASF, 1987
- CORANDINI, O. L. et al. *Agricultura, Cooperativa e Multinacionais*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.
- FILGUEIRAS, L. A. M. *Agricultura, Reforma Agrária e Crise na Década de 90*, in *Bahia: Análise e Dados*, v.2, n.1, Centro de Estatística e Informações. Salvador, 1992.
- GUEDES PINTO, L. C. *Notas sobre a política de crédito rural (versão preliminar)*. Textos para discussão, n.4 Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991 (Mimeo.), *apud* GRAZIANO NETO, F. N. *Questão Agrária e Ecologia, Crítica da Moderna Agricultura*. 2ª. Ed, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GRAZIANO NETO, F. *Questão Agrária e Ecologia, Crítica da Moderna Agricultura*. 2ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- KAGEYAMA, A., SILVA, J. G. *Os Resultados da Modernização Agrícola dos Anos 70*. In. *Estudos Econômicos*, v.13, (1983). São Paulo: FIPE/USP, 1993.
- MEDEIROS, R. H. *Minorias Sociais no Brasil de Hoje/Síntese da Exposição: Os Sem Terra 1*. Vitória da Conquista: UESB, 1988.
- MULLER, G. *Política Econômica e Política Agrícola: a luta sócio - política. Por uma política agrícola autônoma*, in *Cadernos de Difusão Tecnológica*. V. 1., Nº 1. Brasília: EMBRAPA, 1984.
- OLIVEIRA, A. U. *Agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- PALHETA, I.G. de V. *A Agricultura Brasileira*, in *Geografia SE/CENP*, 1993. São Paulo, 1993.
- SILVA, J. G. *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SORJ, B. et al. *Da Lavoura a Biotecnologia - Agricultura e Indústria no Sistema Internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.